

RECURSO ESPECIAL Nº 1.691.284 - SC (2017/0212300-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : CIA CATARINENSE DE RADIO E TELEVISAO
ADVOGADOS : DANIELA DE LARA PRAZERES - SC012204
JARBAS ADRIANO FEIDEN E OUTRO(S) - SC019735
RECORRIDO : UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR007919
EVERALDO LUÍS RESTANHO E OUTRO(S) - SC009195
RECORRIDO : ORIDINO CLARISDINO DE BRITTOS
RECORRIDO : JANICE ESPÍNDOLA LUZ
ADVOGADO : DEYVID INÁCIO ESPÍNDOLA LUZ - SC022771
AGRAVANTE : ORIDINO CLARISDINO DE BRITTOS
AGRAVANTE : JANICE ESPÍNDOLA LUZ
ADVOGADO : DEYVID INÁCIO ESPÍNDOLA LUZ - SC022771
AGRAVANTE : UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : GUILHERME LUIZ RAYMUNDI - SC033466
LUIZ FERNANDO PERIARD SCHWEIDSON E OUTRO(S) - SC044610
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ESTIPULANTE E DENUNCIAÇÃO DA LIDE. AFASTADA PELA INSTÂNCIA SUPERIOR. JURISPRUDÊNCIA SEDIMENTADA. RECUSO PROVIDO.

1. Esta Corte Superior é firme no entendimento de que, o empregador, enquanto estipulante no contrato de plano de saúde em grupo, atua como mero mandatário, não possuindo legitimidade para integrar o pólo passivo da lide nos casos de pedido de manutenção do plano de saúde após ou desligamento ou a aposentadoria de ex-empregado ante a previsão do art. 31 da Lei n. 9.656/1998. Precedentes.

2. Recurso especial provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por CIA CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO, com fundamento no art. 105, III, c, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

CIVIL E CDC PLANO DE SAÚDE APOSENTADORIA
MANUTENÇÃO DO PLANO EXISTENTE QUANDO NA ATIVA
LEI N. 9.656/98, ART. 31 MENSALIDADE SUPORTADA PELO
EMPREGADOR BENESSE QUE INTEGRA A REMUNERAÇÃO
SALÁRIO INDIRETO INCIDÊNCIA.

"Ainda que o consumidor não tenha contribuído diretamente com a contraprestação pecuniária para o custeio do seguro saúde, tendo arcado apenas com a co-participação quando da utilização dos serviços, considera-se que houve contribuição, tendo em vista que o seguro saúde fornecido pela empresa tem o caráter de salário indireto (TJDF, AC n. 20100710078598, Segunda Turma Cível, rel. Des. Sérgio Rocha, j. 1º-2-2012)" AC n. 2014.008432-2, Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta).

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS INADIMPLEMENTO
CONTRATUAL MERO ABORRECIMENTO CONSEQUENCIAL

A concessão da verba reparatória a título de indenização por dano moral pressupõe a existência de um fato com eficácia para causar abalo psicológico ao ofendido, seja pelo sofrimento psíquico interno, seja pela desonra pública. Noutros termos, o incômodo sofrido, por si só, não dá margem à indenização por danos anímicos. É preciso que reste configurado o prejuízo moral.

ILEGITIMIDADE PASSIVA DA EX-EMPREGADORA
AFASTAMENTO ESTIPULANTE DO CONTRATO DE PLANO DE
SAÚDE LEGITIMIDADE AD CAUSAM Em relação de consumo baseada em contrato de plano de saúde é reconhecida a legitimidade passiva da estipulante e da seguradora" (AC n. 2011.088915-6, Des. Monteiro Rocha).

CONDENAÇÃO POR DANOS MATERIAIS IMPOSSIBILIDADE
LESÃO PATRIMONIAL AUSÊNCIA DE PROVA

A reparação por prejuízos materiais demanda a comprovação da existência de efetiva lesão causada ao patrimônio do postulante.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORAÇÃO
DESCABIMENTO

Em atendimento aos critérios fixados nas alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do art. 20 do Código de Processo Civil de 1973, a ausência de complexidade e a repetitividade da causa recomendam a fixação dos honorários aquém do limite máximo de 20% sobre o valor da condenação. - [grifou-se]

Opostos embargos de declaração, pela parte ora recorrente, foram esses acolhidos apenas para suprir a omissão quanto à responsabilidade de cada uma das demandadas, sem alterar o julgado quanto ao mérito - (fls. 255-259).

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, que o acórdão recorrido dissentiu frontalmente da jurisprudência desta Corte Superior sobre a ilegitimidade passiva da estipulante do contrato de plano de saúde, ao concluir que a ex-empregadora é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda proposta por ex-empregado que busca, nos termos dos arts. 30 e 31 da Lei n. 9.656/1998, a permanência de determinadas condições

contratuais em plano de saúde coletivo.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 781-788.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 871-873).

É o relatório.

DECIDO.

2. A controvérsia cinge-se a saber se a ex-empregadora estipulante possui legitimidade passiva para a ação que discute a manutenção de ex-empregado que se desligou da empresa e que demanda a manutenção em plano de saúde coletivo nas mesmas condições de cobertura e de mensalidade de quando estava em vigor o contrato de trabalho.

O Tribunal de origem afastou as teses recursais de ilegitimidade passiva da recorrente e necessidade de denunciação à lide da ex-empregadora da recorrida, sob os seguintes fundamentos (fls. 576-577):

3.1 Em suas razões recursais, os autores sustentam a legitimidade da ex-empregadora para figurar no polo passivo da presente demanda.

Com razão, neste tópico, os insurgentes.

É flagrante a legitimidade passiva ad causam da pessoa jurídica estipulante do contrato de plano de saúde, haja vista que a relação de assistência à saúde foi por ela intermediada.

Assim, a discussão em juízo de controvérsias originadas da prestação do serviço objeto da relação contratual admite a intervenção da empresa que intermediou a contratação, haja vista que **ela também é responsável** pelo seu resultado.

Nesse sentido, é o entendimento deste Sodalício:

"Em relação de consumo baseada em contrato de plano de saúde é reconhecida a legitimidade passiva da estipulante e da seguradora" (AC n. 2011.088915-6. Des. Monteiro Rocha).

"APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. ILEGITIMIDADE ATIVA. BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE SAÚDE QUE SÃO OS SUJEITOS DE DIREITO E OBRIGAÇÕES DO CONTRATO OBJETO DOS AUTOS. INTERESSE E LEGITIMIDADE CONFIGURADOS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA ESTIPULANTE. EMPRESA QUE INTERMEDEIA A CONTRATAÇÃO E QUE TAMBÉM É RESPONSÁVEL PELO SEU RESULTADO. PRELIMINAR RECHAÇADA [...]" (AC n. 2013.014925-4, Des. Saul Steil) (sem grifo no original).

Assim, Companhia Catarinense de Rádio e Televisão, ex-empregadora dos demandantes, é parte legítima para figurar como requerida na presente ação. Reforma-se a sentença também neste ponto, para reincluí-la na lide e considerá-la também responsável pela tentativa de extirpar os autores do quadro de associados do plano de saúde que intermediava com a administração das cobranças das co-participações e pagamento

das mensalidades.

Desse modo, o acórdão recorrido está em dissonância com o entendimento desta Corte de que **"a empresa estipulante, em princípio, não possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda proposta por ex-empregado que busca, nos termos dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, a permanência de determinadas condições contratuais em plano de saúde coletivo após a ocorrência da aposentadoria ou da demissão sem justa causa, visto que atua apenas como interveniente, na condição de mandatária do grupo de usuários e não da operadora"** (REsp n. 1.575.435/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/5/2016, DJe 3/6/2016).

Neste mesmo sentido, confirmam-se os precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVANTES DE PREPARO ILEGÍVEIS. FALHA NA DIGITALIZAÇÃO NO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. [...]

2. O empregador, enquanto estipulante no contrato de plano de saúde em grupo, atua como mero mandatário, não possuindo legitimidade para integrar o pólo passivo da lide nos casos de pedido de manutenção do plano de saúde após a aposentadoria ante a previsão do art. 31 da Lei n. 9.656/98.

3. Agravo regimental provido. (AgRg no AREsp n. 205.121/SP, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 8/3/2016, DJe 14/3/2016.)

=====

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA MANDATÁRIA AFASTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Esta Corte Superior é firme no entendimento de que, em regra, a estipulante de contrato de plano de saúde coletivo é parte ilegítima para figurar no pólo passivo de ação de cobrança ajuizada pelos segurados ou beneficiários, na medida em que teria agido como simples mandatária.

2. Tendo as instâncias ordinárias, soberanas na análise fática da causa, reconhecido expressamente a ilegitimidade da parte ré para a demanda, a pretensão recursal em sentido contrário esbarra, inarredavelmente, na Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 256.552/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 26/9/2013.)

Desse modo, estando o acórdão em desconformidade com a jurisprudência do STJ, impõe-se sua reforma quanto ao ponto.

3. Ante o exposto, DOU provimento ao recurso especial interposto por CIA CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO para afastar a legitimidade da recorrente para figurar no polo passivo da demanda proposta por ex-empregado que busca, nos termos dos arts. 30 e 31 da Lei n. 9.656/1998, a permanência de determinadas condições contratuais em plano de saúde coletivo.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator